

ACERTO de contas com o PLANETA

COP17 começou ontem na Armênia com a missão de avaliar os avanços e as lacunas nos planos nacionais do acordo histórico que tem como objetivo conservar a biodiversidade. Financiamento e divisão de recursos são temas sensíveis

» PALOMA OLIVETO

Até menos de quatro anos do prazo estabelecido para conter e reverter a perda de biodiversidade no planeta, representantes de quase 200 países, incluindo o Brasil, começam a avaliar, em Yerevan, na Armênia, o que foi feito e o que precisa sair do papel. A 17ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica (COP17), que segue até 30 de outubro, será a primeira análise global dos compromissos assumidos em 2022, quando os governos aprovaram um acordo histórico para ampliar a proteção dos ecossistemas, recuperar áreas degradadas e mobilizar recursos para conservar a natureza. O encontro começa, porém, sob o alerta de que os avanços são insuficientes para alcançar os objetivos até 2030. Um relatório divulgado às vésperas da conferência pela Convenção sobre Diversidade Biológica indica que menos da metade das metas nacionais apresentadas pelos países está no caminho esperado.

Segundo o levantamento, os compromissos atuais permitiriam proteger, aproximadamente, 26% das áreas terrestres e das águas continentais e 12% dos oceanos até o fim da década, abaixo dos 30% previstos no acordo internacional. A distância entre a ambição anunciada e a implementação efetiva deve estar no centro das negociações, ao lado de uma questão decisiva: de onde virá o dinheiro para financiar a conservação. “Bilhões de pessoas, cujas vidas foram abaladas pelas consequências da perda de biodiversidade, contam com os avanços que serão alcançados aqui nas próximas duas semanas”, declarou Astrid Schomaker, responsável pela área de biodiversidade na ONU e secretária-executiva da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB).

Marco

O Marco Global da Biodiversidade de Kunming-Montreal, aprovado na COP15, realizada em Montreal, no Canadá, estabeleceu 23 metas para 2030 e quatro objetivos de longo prazo, em 2050. O documento foi negociado no âmbito da Convenção sobre Diversidade Biológica, tratado internacional que nasceu na Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, no Rio de Janeiro. Entre os compromissos estão conservar pelo menos 30% das áreas terrestres, águas continentais e áreas costeiras e marinhas, restaurar 30% dos ecossistemas degradados e reduzir os incentivos econômicos que contribuem para a destruição da natureza.

O tamanho do desafio aparece também nos indicadores sobre

AFP



Participantes da 17ª Conferência das Partes (COP 17): alerta de que os avanços são insuficientes para alcançar os objetivos até 2030

a vida silvestre. O Relatório Planeta Vivo 2026, do Fundo Mundial para a Natureza (WWF), apontou queda média de 73% no tamanho das populações monitoradas de animais silvestres entre 1970 e 2022, revelando uma redução expressiva de espécimes nos grupos acompanhados ao longo de pouco mais de cinco décadas.

A crise tem consequências que ultrapassa a conservação de espécies animais e vegetais. Ecossistemas saudáveis contribuem para a disponibilidade de água, a fertilidade dos solos, a polinização de cultivos, a regulação do clima e a segurança alimentar. Florestas, manguezais, rios, áreas úmidas e oceanos também sustentam atividades econômicas e modos de vida de milhões de pessoas. A degradação desses ambientes pode comprometer a produção de alimentos, aumentar a vulnerabilidade a eventos climáticos extremos e afetar comunidades que dependem diretamente dos recursos naturais.

Um dos principais pontos de tensão da COP17 será o financiamento.

AFP



Em discussão, o futuro das metas globais pela natureza

Pelo acordo de Kunming-Montreal, os países se comprometeram a mobilizar pelo menos US\$ 200 bilhões por ano, de todas as fontes, para a biodiversidade até 2030. O compromisso inclui elevar o financiamento internacional destinado aos países em desenvolvimento para pelo menos US\$

20 bilhões anuais até 2025 e US\$ 30 bilhões até 2030.

Ambição

Os recursos, no entanto, ainda estão muito abaixo da ambição anunciada. Segundo dados

da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o financiamento global para a biodiversidade ficou entre US\$ 75 bilhões e US\$ 92 bilhões anuais no período de 2023 a 2025. Embora o volume destinado aos países em desenvolvimento tenha se aproximado da meta intermediária — foram mobilizados US\$ 19 bilhões em 2024, segundo os dados mais recentes citados pela agência —, persistem dúvidas sobre a continuidade dos repasses diante da redução da ajuda internacional.

Além do volume de dinheiro, as discussões envolvem as condições de acesso aos recursos. Países com grande riqueza natural frequentemente enfrentam limitações orçamentárias para manter unidades de conservação, fiscalizar atividades ilegais, restaurar áreas degradadas e desenvolver alternativas econômicas sustentáveis. Sem financiamento previsível e capacidade técnica, a criação de áreas protegidas pode não resultar em conservação efetiva.



Bilhões de pessoas, cujas vidas foram abaladas pelas consequências da perda de biodiversidade, contam com os avanços que serão alcançados aqui nas próximas duas semanas”

Astrid Schomaker, responsável pela área de biodiversidade na ONU e secretária-executiva da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB)

Outro ponto sensível é a reforma dos incentivos econômicos que favorecem atividades prejudiciais ao meio ambiente. O marco global prevê eliminar, reduzir progressivamente ou reformar incentivos nocivos à biodiversidade em pelo menos US\$ 500 bilhões por ano até 2030. Cerca de US\$ 2,6 trilhões em recursos públicos são direcionados anualmente a práticas que podem degradar ecossistemas. O montante inclui valores associados a setores como agricultura intensiva.

Repartição

Repartir os benefícios obtidos com a biodiversidade será outro tema relevante. Países megadiversos, como o Brasil, defendem que a riqueza biológica e os conhecimentos associados aos ecossistemas precisam gerar benefícios para as populações e os territórios que contribuem para sua conservação. Na COP16, realizada em Cali, na Colômbia, em 2024, os países avançaram na criação de um mecanismo para partilhar os recursos decorrentes da utilização de informações digitais sobre sequências genéticas, conhecidas pela sigla inglesa DSI. Esses dados são usados em pesquisas e no desenvolvimento de produtos em setores como o farmacêutico, o agrícola e o cosmético.

Para especialistas, a COP17 poderá avançar na definição de regras mais claras e previsíveis para o mecanismo. O tema envolve interesses científicos, comerciais e diplomáticos, além do reconhecimento dos direitos dos povos indígenas e das comunidades tradicionais, que acumulam conhecimentos sobre espécies e ecossistemas e desempenham papel importante na conservação de muitos territórios.

O que está em jogo

O FOCO PASSA DA NEGOCIAÇÃO DE COMPROMISSOS PARA A VERIFICAÇÃO DO QUE OS PAÍSES EFETIVAMENTE FIZERAM E DO QUE AINDA PRECISAM REALIZAR.

Financiamento da biodiversidade

O acordo de 2022 prevê mobilizar pelo menos US\$ 200 bilhões por ano, de todas as fontes, até 2030, incluindo recursos públicos, privados, nacionais e internacionais. Para os países desenvolvidos, estabelece-se a meta de elevar o financiamento internacional destinado aos países em desenvolvimento para pelo menos US\$ 20

bilhões anuais até 2025 e US\$ 30 bilhões até 2030.

30x30

A meta prevê conservar e gerir efetivamente pelo menos 30% das áreas terrestres, águas continentais e áreas costeiras e marinhas até 2030.

Subsídios prejudiciais:

o Marco Global prevê eliminar, reduzir progressivamente ou reformar incentivos

prejudiciais à biodiversidade em pelo menos US\$ 500 bilhões por ano até 2030.

Responsabilização dos países

A avaliação global reunirá informações dos relatórios nacionais, das estratégias e dos planos de ação para a biodiversidade. Um dos desafios é comparar compromissos nacionais com resultados verificáveis e identificar as lacunas de implementação.

Palavra de especialista

Marcelo Ferreira/CB



Tatiana Oliveira, representante da WWF-Brasil

Coerência nas metas

“Não conseguiremos alcançar as metas globais de biodiversidade sem enfrentar o desafio do financiamento e sem aproximar as agendas ambientais internacionais. As decisões sobre clima, biodiversidade e combate à desertificação precisam ser coerentes e complementares, evitando que avanços em uma área provoquem perdas em outra. A restauração de ecossistemas e as áreas protegidas, quando orientadas pela integridade ecológica, demonstram como é possível gerar benefícios para a biodiversidade, o clima, a água e a recuperação

da terra. Esperamos que a COP17 avance na mobilização de recursos adequados, previsíveis e acessíveis, especialmente para os países em desenvolvimento, e fortaleça mecanismos capazes de transformar compromissos em implementação efetiva nos territórios. O financiamento precisa chegar aonde é necessário e apoiar soluções duradouras para a natureza e para as pessoas.”

Tatiana Oliveira, líder de estratégia internacional do WWF-Brasil